

CRISE E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 89, jan/abr 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>>

Resumido por: Fabiana Barbara Pereira de Souza

Desde a década de 1980 a economia no Brasil tem um desempenho denominado *stop and go*, em que curtos períodos de expansão são sucedidos por desaquecimento econômico. No período de 2004 a 2013, a economia brasileira viveu um expressivo crescimento. Associado a isso, houve uma melhora na distribuição de renda e diminuição da pobreza. O crescimento se concentrou entre 2004 e 2008, seguido por uma curta retração em função da crise financeira de 2008, e a retomada de crescimento veio em 2010. A partir de 2011 a economia volta a reduzir o ritmo e em 2014 passa a sofrer retrações que culminaram em uma grave recessão a partir de 2015 e na deterioração de indicadores sociais.

O último ciclo de retração iniciado em 2011 foi agravado em função da crise do Euro, a fraca recuperação norte-americana e à desaceleração dos países emergentes. As políticas anticíclicas adotadas no período não surtiram o efeito desejado, e ainda, a queda na formação bruta de capital fixo, cooperaram para o desaquecimento econômico. Além disso, houve uma queda nas exportações, em resultado a desaceleração da economia mundial, e, também, queda no varejo a partir de 2014, deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica e desvalorização da moeda.

Complementarmente a isso, o aumento da taxa de juros, o aumento do desemprego, a queda da renda, a contração do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos contribuíram significativamente para o aprofundamento da crise. A conjunção entre elevada taxa de juros e recessão econômica resultaram em um cenário de fragilidade financeira que cria uma barreira à retomada de crescimento da economia brasileira.

Os autores destacam que os efeitos da crise contagiaram os instrumentos de políticas econômicas e por isso as medidas adotadas não

conseguiram combatê-la. Além de atuar com reformas estruturais e de curto prazo, tornar-se necessário articular políticas de médio e de longo prazos, no sentido de garantir que os instrumentais econômicos promovam a prosperidade do produto e do emprego e a redução da inflação e a estabilidade financeira.

É de suma importância, portanto, investigar os motivos que levaram a queda do crescimento econômico da economia brasileira no período recente, debatendo políticas e medidas que garantam a retomada de crescimento. Nesse sentido, os autores sugerem que a política monetária deve atuar tornando menos rígidas as metas para inflação garantindo a estabilidade de preços. Isso deve ser acompanhado do compromisso de conservar produto corrente em níveis próximos da taxa potencial de crescimento, caso não comprometa a estabilidade de preços. Já a política fiscal deve ser expansionista no curto prazo e no longo prazo equilibrar a dívida e as expectativas e ainda, controlar os gastos correntes. Quanto à política cambial, deve-se praticar um regime de câmbio flutuante administrado buscando um câmbio real estável e competitivo e, assim, proporcionar um ambiente de lucratividade das empresas e incentivos para investimentos.